

# ENTRE OS SERES E AS COISAS DO MUNDO: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE TRABALHADORES RURAIS ASSENTADOS SOBRE AGROECOLOGIA

Rosemeire Aparecida Scopinho<sup>1</sup>

José Cláudio Gonçalves<sup>2</sup>

Thainara Granero de Melo<sup>3</sup>

**Resumo:** A questão ambiental tem centralidade no processo de negociação para oficializar os projetos de assentamento recentemente criados na região de Ribeirão Preto – SP e no processo organizativo dos trabalhadores para a ocupação legal das áreas. O artigo trata das representações sociais sobre agroecologia, utilizando a abordagem teórica da Teoria das Representações Sociais e informações empíricas extraídas de pesquisas realizadas pelos autores em cinco assentamentos rurais do tipo PDS localizados na referida região. Partindo da análise dos principais motivos da adesão à agroecologia, identificamos a polissemia do termo e pontuamos as dificuldades encontradas pelos assentados para realizá-la.

**Palavras-chave:** Agroecologia; Assentamento de Reforma Agrária; PDS – Projeto de Desenvolvimento Sustentável; Representações Sociais.

<sup>1</sup> Professora Associada, Programa de Pós-Graduação em Psicologia e Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar. (e-mail: <scopinho@ufscar.br>).

<sup>2</sup> Doutor em Sociologia, Núcleo de Estudos Trabalho Sociedade e Comunidade da UFSCar. (e-mail: <ze\_goncalves44@yahoo.com.br>).

<sup>3</sup> Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). (e-mail: <thainaragm@gmail.com>).

**Abstract:** Until recently, in the Ribeirão Preto region, São Paulo State, the environmental issue has been a key element for bargaining and formalization of rural settlements, as well for the workers' organization process to legal occupation of these areas. This paper is about the social representations about agroecology. We used the Social Representations Theory and empirical evidences collected from researches in five settlements of Sustainable Development Project (PDS) type, which were located in the region mentioned. Based on the analysis of the main reasons for workers to join the agroecology, we identified that agroecology was a polysemic notion and the difficulties faced by the workers for its implementation.

**Keywords:** agroecology, land reform settlement, Sustainable Development Project, social representations.

**Keywords:** Rural Settlement; Sustainable Development Project; Cooperation; Agroecology.

## Introdução

A organização de assentamentos rurais com base no associativismo e na agroecologia tem sido condição sine qua non para realizar a reforma agrária na região de Ribeirão Preto – SP. A partir de 2000<sup>4</sup>, foram implantados cinco assentamentos rurais na modalidade PDS – Projeto de Desenvolvimento Sustentável, cujas principais diretrizes organizativas são a concessão de uso da terra, o trabalho associado e a agroecologia (Brasil, 2000). Desde então, nos dedicamos a estudar as trajetórias percorridas pelos trabalhadores rurais assentados ao procurarem atender tanto as exigências formais dos projetos de assentamento quanto as suas necessidades de sobrevivência (SCOPINHO, 2012; GONÇALVES, 2010; 2015; MELO, 2015). Este artigo trata das representações sociais dos trabalhadores rurais assentados sobre agroecologia, tendo em vista que a questão ambiental teve centralidade no processo de negociação para oficializar os projetos de assentamento e no processo organizativo dos trabalhadores para a ocupação legal das áreas.

<sup>4</sup> Foram implantados 19 PDSs no estado de São Paulo (15% dos 126 existentes no Brasil), dos quais cinco estão localizados na macrorregião de Ribeirão Preto (inclui as regiões de São Carlos, Araraquara, Ribeirão Preto, Franca e Barretos) abarcando um total de 626 famílias assentadas [http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/reforma-agraria/questao-agraria/reforma-agraria/relacao\\_de\\_projetos\\_de\\_reforma\\_agraria.pdf](http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/reforma-agraria/questao-agraria/reforma-agraria/relacao_de_projetos_de_reforma_agraria.pdf) (consultado em 15/10/14).

Para melhor compreender a abordagem teórica e metodológica adotada e as nossas reflexões sobre este tema, é importante esclarecer algumas questões.

A primeira é que a nossa formação acadêmica não nos permite pensar os sistemas produtivos agroecológicos do ponto de vista das ciências agrárias, biológicas, engenharias ambientais ou quaisquer outras (muitas) áreas do conhecimento que hoje estão mais diretamente envolvidas no debate teórico e na implantação de práticas de agricultura agroecológica, como os Sistemas Agroflorestais (Safs), por exemplo. O nosso olhar e experiência com o tema, a partir das ciências humanas e sociais, focaliza as relações sociais que se estabelecem entre os seus agentes, os conflitos, os consensos e dissensos formados em torno dele e, mais especificamente, as representações sociais que os trabalhadores rurais assentados constroem sobre este objeto.

A segunda questão é que a nossa preocupação com o tema não é acidental. Ao estudar os impactos da expansão e reestruturação do agronegócio canavieiro nas condições de trabalho e de vida dos assalariados rurais desta região, principalmente em relação à saúde (Scopinho et al, 1999; Scopinho, 2003) e, mais recentemente, como esses trabalhadores, que ressentem os efeitos da mecanização do corte da cana-de-açúcar no crescimento do desemprego estrutural, têm participado (ou não) do processo organizativo dos assentamentos de reforma agrária criados, consolidamos uma linha de estudos que, em síntese, trata do processo de transformação identitária de um tipo de trabalhador rural – o boia-fria – em outro tipo – o trabalhador rural assentado<sup>5</sup>. Este processo de transformação não é linear e nem homogêneo, porque este trabalhador ora é um pequeno agricultor que busca a autonomia, ora tem que se assalariar na cidade e/ou no campo para sobreviver percorrendo uma trajetória que ainda está longe de significar uma trégua na luta pela melhoria real das suas condições de trabalho e de vida. Lidar com este campo de estudos, necessariamente, requer considerar os impactos socioambientais da organização do trabalho rural sobre os trabalhadores.

No caso dos assentamentos rurais recentemente criados nesta região a questão ambiental não é somente uma premissa organizativa, sobretudo, é exigência legal para ter acesso ao direito de concessão de uso da terra, que está colocada na portaria Incra – Instituto Nacional de Colonização e

<sup>5</sup> Os assentados nos PDSs desta região, geralmente, são migrantes nordestinos e de outras regiões da fronteira agrícola, que vieram para trabalhar no corte da cana-de-açúcar. São portadores de trajetórias de trabalho e de vida marcadas pelo desenraizamento, pelo trabalho precário na cidade e/ou no campo, pela vivência nas periferias urbanas e nas cidades-dormitórios. Por esses motivos nós os denominamos trabalhadores rurais assentados, mas neste artigo, doravante, eles serão chamados, simplesmente, de assentados.

Reforma Agrária nº 477 de 04/12/1999 e nos Tac – Termo de Ajustamento de Conduta assinados entre o Ministério Público, o Incra e os beneficiários dos lotes.

Por esses motivos o foco da nossa abordagem neste artigo recai sobre como as regras formais e os pactos que possibilitaram a criação desses assentamentos transformam-se (ou não) em práticas concretas de agroecologia em determinados assentamentos rurais do tipo PDS, sob a mediação dos seus agentes, mais especificamente as representações sociais de quem tem que lidar com ela para ser e permanecer assentado. As questões propostas para reflexão são: qual agroecologia se pratica nesses assentamentos rurais? Em que condições ela se realiza? Onde se ancoram as representações sociais dos assentados sobre agroecologia?

A base teórica da reflexão é a Teoria das Representações Sociais – TRS, na abordagem processual de Jodelet (2001), cuja utilidade para fundamentar a reflexão proposta está no fato de ser esta uma teoria explicativa do pensamento construído na vida e nas relações cotidianas que não desconsidera as formas de inserção dos sujeitos na estrutura social. A TRS trata da produção daquele conhecimento que é expressão do senso comum e que serve como guia para a interpretação e organização das experiências vividas, que orienta os sujeitos nas suas relações com o mundo (Jodelet, 2005).

A agroecologia, como bandeira de movimento social ou área do conhecimento científico, apareceu como novidade no universo desses trabalhadores no contexto da ocupação desses assentamentos e tem sido, de um modo ou de outro, por eles praticada e crescentemente difundida por vários mecanismos e formas de comunicação estabelecidas no cotidiano. A TRS contribui, justamente, para compreender as articulações entre as regulações sociais e os processos cognitivos de sujeitos que não são passivos diante delas, pelo contrário, por meio da atividade “pensante” articulada às experiências vividas encontram os seus próprios modos de explicar e lidar com a realidade. É por meio do estudo das representações sociais que podemos compreender como se dão as relações entre os universos de pensamento “reificado” e “consensual” (Moscovici, 2004), objetivadas por meio das diferentes formas de comunicação na vida cotidiana, especialmente a fala. É, exatamente, por isto que Valentin (2013), apesar de reconhecer o desuso da teoria no contexto europeu, argumenta em favor da sua utilidade no contexto latino-americano que, historicamente, tem sido marcado pelo distanciamento e hierarquização entre o conhecimento técnico e o do senso comum e pelo autoritarismo na condução dos processos sociais.

Para entender como os assentados enfrentam e representam a necessidade de lidar com a agroecologia como sistema produtivo no cotidiano dos assentamentos PDSs, compartilhamos com Jodelet (2001) a ideia de que as representações sociais são modalidades de conhecimento prático, orientadas para a comunicação, a compreensão e a transformação do contexto social, material e ideativo em que se vive. Como substrato fundamental da memória e da identidade social dos sujeitos, elas manifestam-se como elementos cognitivos — imagens, conceitos, categorias, teorias — mas não se reduzem a eles porque são socialmente elaboradas e compartilhadas. Isto quer dizer que, mesmo que as representações sociais sejam acessadas a partir do seu conteúdo cognitivo por meio da atividade discursiva dos sujeitos, elas devem ser entendidas a partir do contexto e do processo de produção, das funções simbólicas e ideológicas a que elas servem e das formas de comunicação que as fazem circular, as quais revelam as posições dos sujeitos nas estruturas de poder. Como fenômenos cognitivos, elas envolvem a pertença social dos sujeitos e as suas implicações afetivas e normativas, as interiorizações de experiências, práticas, modelos de condutas e de pensamento socialmente criados e veiculados pela comunicação social que a elas estão ligadas. Como fenômenos sociais, o processo de formação de representações sociais permite que os grupos sociais realizem julgamentos e posicionem-se diante de determinado objeto, enfim, que se coloquem diante do mundo e de outros grupos sociais. Assim, elas possuem um papel central no processo de transformação das identidades sociais.

É, portanto, por meio dos sistemas simbólicos, dos significados produzidos pelas representações, que o sujeito dá sentido à sua experiência e constrói o seu lugar no grupo e na estrutura social. Pensadas nesta perspectiva, as representações sociais não são, puramente, concepções abstratas sobre determinados fenômenos da realidade e tanto são geradas quanto se integram à experiência e à prática social dos sujeitos, refletindo a estrutura social, a ideologia e a cultura que as sustentam. Estudá-las é, portanto, adentrar no espaço, público e privado, que coloca os sujeitos em relação, direta e/ou indireta, com a estrutura social que condiciona o seu modo de ser e o da(s) sua(s) realidade(s).

Esta escolha teórica implica no uso de procedimentos metodológicos flexíveis e consonantes com o movimento da realidade que permitam, sobretudo, dar conta da compreensão do sentido que os sujeitos conferem ao processo vivido. Representações e práticas sociais são confrontadas sem perder de vista os condicionantes macroestruturais do processo econômico e político

que dinamizam a vida cotidiana, o lócus privilegiado da prática discursiva e concreta dos sujeitos. Assim, as estratégias de inspiração etnográficas (observações do cotidiano e diálogos informais) são cotejadas com entrevistas formais, pesquisas documentais e bibliográficas e imagens fotográficas.

A reflexão aqui proposta tem como base empírica as pesquisas realizadas pelos autores em cinco assentamentos rurais do tipo PDS localizados na macrorregião de Ribeirão Preto-SP. Partindo da análise dos principais motivos da adesão, identificamos os significados da agroecologia para os trabalhadores e pontuamos as dificuldades encontradas para realizá-la.

## Agroecologias e “agroecologia possível”

A primeira questão a considerar para refletir sobre as representações sociais dos assentados sobre agroecologia é que a necessidade de “lidar com ela” surge, basicamente, por dois motivos. O primeiro diz respeito às normativas e às condicionalidades colocadas pelo tipo de projeto de assentamento, cujo não cumprimento já serviu e, às vezes, ainda serve para executar medidas punitivas, para ameaçar ou, de fato, excluir os assentados dos seus lotes. O segundo refere-se à falta de recursos necessários e suficientes para investir na produção, seja ela agroecológica ou não, de modo que o resultado garanta um pouco mais do que a segurança alimentar das famílias. A saída tem sido a de improvisar insumos caseiros, valer-se de sementes e mudas obtidas por meio de trocas solidárias e doações, utilizar base técnica artesanal para produzir o que é possível com a força de trabalho familiar. Certamente, não se pode condenar este modo de organizar a produção porque nele estão embutidos os mais importantes valores da sustentabilidade agroambiental. Porém, o problema é que a produção desenvolve-se numa determinada escala que não permite uma mudança substantiva nas condições de vida dos sujeitos que, para sobreviver no mundo contemporâneo, precisam lançar mão de outros recursos. No caso dos assentamentos em questão, o assalariamento informal e precário na cidade e no campo, os recursos oriundos de direitos sociais adquiridos (aposentadoria, principalmente) e os benefícios assistenciais (Programa Bolsa Família e outros) têm sido vitais para compor as estratégias de reprodução social das famílias (SCOPINHO et al, 2016).

Então, muitas vezes, desenvolve-se uma “agroecologia”, que é reflexo do temor de ser excluído do lote e da precariedade das condições de realização do trabalho agrícola. Parece ser agroecologia, mas nem sempre é. Ou é o que

podemos chamar de agroecologia possível. Algumas evidências empíricas reunidas ao longo do desenvolvimento dos projetos de pesquisa realizados nessas áreas fundamentam esta afirmação.

A primeira é que os assentados procuram plantar “de tudo um pouco” e, sem dúvida, há uma grande agrobiodiversidade nos lotes em relação ao que havia no passado quando as terras eram ocupadas pelas monoculturas, especialmente a de cana-de-açúcar. No entanto, somente tem sido possível manter a produção e a comercialização regular de, basicamente, dois itens: a mandioca e a banana, que são produtos considerados como os “carros-chefe” da economia dos assentamentos. Do ponto de vista da produção esses itens, praticamente, não exigem insumos caros e sofisticados, sobrevivem apesar da escassez de água, não requerem base técnica sofisticada e tratos culturais muito exaustivos e nem técnicas de processamento muito elaboradas; do ponto de vista da comercialização, esses produtos não são muito perecíveis e têm boa aceitação no mercado local e regional, principalmente, no grande varejo do mercado informal. Além disso, como a banana e a mandioca são, tradicionalmente, cultivadas em várias regiões brasileiras, nos roçados e nos quintais, os trabalhadores rurais conhecem muito bem as técnicas de cultivo e manejo.

A segunda evidência empírica refere-se ao fato de que as áreas de Reserva Legal (RL) e as Áreas de Preservação Permanente (APP), previstas em lei e tão importantes para conservar os recursos naturais no sentido de garantir, minimamente, uma agricultura que pretende ser agroecológica e que se desenvolve, muitas vezes, rodeada pelos canaviais, têm ficado ao Deus dará. Outras evidências empíricas confirmam esta afirmação, especialmente quando examinamos as ações comunitárias de cuidado e exploração dessas áreas.

Por falta de cuidado comunitário, essas áreas são consumidas pelo fogo (acidental ou não) na época da estiagem, ou porque a convivência com os canaviais do entorno são uma ameaça óbvia, ou porque as próprias comunidades ainda utilizam a queima em substituição à capina, mesmo que as normativas internas sejam proibitivas. Não são feitos os aceiros preventivos para conter as prováveis invasões das chamas. As APPs e as RLs não recebem a devida atenção da comunidade em termos de plantio ou replantio de mudas e dos tratos culturais necessários para garantir a recuperação das matas nativas e das terras que os assentados já receberam degradadas pela atividade produtiva praticada anteriormente. As áreas de RL não são exploradas economicamente no sentido de

conciliar a atividade produtiva e a preservação; quando o são, é com projetos que até podem prejudicar a condição ambiental. Em suma, a não utilização dessas áreas para os fins apropriados e a ausência de cuidados rotineiros acaba deixando-as ainda mais suscetíveis aos incêndios.

É certo que o cotidiano dos assentados é escasso de recursos financeiros, de tempo e, principalmente, de motivação para eles se dedicarem às ações comunitárias necessárias para cuidar dessas áreas, o que não permite que eles se esforcem para fazer aceiros para a prevenção de incêndios, replantem mudas perdidas, controlem as pragas, por exemplo. Porém, o fato preocupante é que, principalmente em relação às áreas de reserva legal, observa-se que a ausência dessas práticas está associada às representações do tipo: “elas não são de ninguém, por isto eu não vou cuidar”; ou “elas não são de ninguém, mas pertencem ao Assentamento, por isto eu posso usar do modo que melhor me convier, explorar individualmente em meu próprio benefício.” O que essas representações e práticas revelam é o individualismo e a falta de consenso na comunidade sobre como explorar e cuidar, coletivamente, do que é indispensável para garantir algumas condições importantes para o desenvolvimento da agricultura, seja agroecológica ou não, como, por exemplo, a conservação dos mananciais.

O segundo ponto da reflexão é o significado polissêmico da palavra agroecologia para os assentados, entre outras expressões também polissêmicas como meio ambiente e desenvolvimento sustentável.

Agroecologia é uma espécie de chave para acessar recursos financeiros concedidos por editais públicos para viabilizar a participação em projetos, programas e parcerias com determinados setores sociais e até mesmo o próprio processo de implantação do assentamento. Uma das evidências empíricas que atestam esta afirmação é que os assentados, durante o processo de negociação que resultou na oficialização dos assentamentos, alimentaram a expectativa criada pelos agentes governamentais e movimentos sociais de que a modalidade PDS teria prioridade para receber recursos financeiros em relação aos demais tipos de projetos de assentamentos tradicionais. As expectativas baseavam-se na ideia de que criar projetos de assentamento de reforma agrária ambientalmente diferenciados, em uma região de monocultura canavieira como a de Ribeirão Preto, não somente aceleraria o processo de negociação para disponibilizar as áreas para fins de reforma agrária como também poderia gerar maior dedicação e investimento por parte dos agentes públicos no processo de implantação dos assentamentos. O argumento ambiental, com a força que possui nos tempos atuais, tornou-

se uma espécie de fiel da balança dos prós e contras em relação à realização da reforma agrária nesta região onde as terras são supervalorizadas, mas cujos índices de pobreza e vulnerabilidade social são crescentes e a urgência da recuperação ambiental tem sido socialmente reconhecida.

No entanto, as expectativas com as possíveis vantagens que este tipo de assentamento poderia representar converteram-se em frustração. O PDS somente poderia cumprir este papel com investimentos adicionais em recuperação dos passivos ambientais das áreas porque, obviamente, há uma diferença substantiva entre o bioma da região de Ribeirão Preto, grande parte de Cerrado com fragmentos de Mata Atlântica, segundo o IBGE (<http://cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?codmun=354340>, consultado em 02/10/2016) já tão descaracterizado pela secular exploração humana, e o bioma Amazônico, onde esta modalidade de assentamento foi originalmente criada. Segundo os assentados, o acesso facilitado aos recursos de infraestrutura e o fornecimento de assistência técnica especializada necessária para concretizar os projetos ficaram na promessa. Neste sentido, em um dos assentamentos até mesmo o CCU – Contrato de Concessão de Uso, que está previsto no Tac para ser celebrado entre o Incra e o conjunto das famílias, está vencido desde 2010 e ainda não foi substituído pelo CCDRU - Contrato de Concessão de Direito Real de Uso, instrumento de titulação previsto para os assentamentos ambientalmente diferenciados, segundo a Norma de Execução Incra n. 93/2010 e a Lei 13.001/2014, que dispõem sobre os instrumentos jurídicos para redistribuição de imóveis rurais pela reforma agrária. Resulta que as famílias estão oficialmente assentadas há mais de cinco anos sem qualquer documento que comprove a titulação coletiva da terra e já é possível identificar o arrendamento de parcelas dos lotes e/ou a venda ilegal. A falta dos contratos de concessão de direito real de uso tem dificultado o acesso às linhas de crédito que exigem esta documentação e a regularização das unidades de processamento agroindustrial que devem atender às normas fiscais, sanitárias e ambientais, por exemplo<sup>6</sup>.

O problema da não regularização jurídica dos PDSs paulistas, infelizmente, não é pontual e para ele o Estado não tem resposta. Este é um problema estrutural que, associado aos demais, pode gerar novas formas

<sup>6</sup> *Sabe-se de, pelo menos, um caso de uma unidade de processamento agroindustrial que foi instalada há dois anos em um dos assentamentos estudados e que ainda não pode operar devido aos impedimentos relacionados à falta de contrato de concessão de uso e às irregularidades no abastecimento de água. Outras unidades estão sendo construídas em outro assentamento e já é possível antecipar os mesmos problemas. Para conhecer a documentação necessária e os trâmites essenciais para a regularização de agroindústrias comunitárias pode-se consultar Carrazza et al (2011).*

de desenraizamento dos assentados porque alimenta um sentimento de insegurança que, como disse Castel (2004), representa a face sombria do Estado de direito que deixa no “ponto morto” os que não têm propriedade.

*La inseguridad social no sólo mantiene viva la pobreza. Actúa como un principio de desmoralización, de disociación, a la manera de un virus que impregna la vida cotidiana, disuelve los lazos sociales y socava las estructuras psíquicas de los individuos. (...) Estar en la inseguridad permanente es no poder ni dominar el presente ni anticipar positivamente el porvenir. (...) La inseguridad social hace de esa existencia un combate por la supervivencia librado en el día a día y cuyo resultado es siempre y renovadamente incierto. (...) Condenado a una precariedad permanente, que es también una inseguridad permanente por no tener el menor control sobre lo que les ocurre.*

Desta forma, o Tac passou a ser considerado pelos assentados um instrumento sem utilidade diante dos poucos compromissos concretizados por parte do Incra, porque os dispositivos legais são aplicados com rigor em relação aos seus deveres, como no caso das regras de produção agroecológica e associada, mas, por outro lado, o Estado não cumpre ou cumpre parcialmente as suas responsabilidades. Entre as responsabilidades do Estado, por exemplo, estão as de fornecer condições de infraestrutura para o abastecimento de água potável e para irrigação, que é um dos principais problemas dos assentamentos, fiscalizar as pulverizações aéreas dos canaviais que também atingem e matam as lavouras e os animais dos assentados, apurar as causas e as responsabilidades pelos constantes incêndios, instalar serviços de atenção à saúde, escolas, entre outras. Se junta a esta, a ideia de que a agroecologia traz consigo uma espécie de injustiça social, porque é tarefa atribuída aos mais vulneráveis, ou seja, aos que não têm recursos e nem poder para enfrentar as leis. Sem negar a importância e a urgência da adoção de práticas conservacionistas e de medidas restritivas do uso abusivo dos recursos naturais, os assentados entendem que a agroecologia não pode ser implantada com dispositivos burocráticos que penalizam apenas os mais frágeis. A vivência em assentamentos que fazem vizinhança com os canaviais traz para os assentados a certeza de que as medidas de proteção e de conservação não devem ter dois pesos e duas medidas, mas precisam ser aplicadas com o mesmo rigor para todos que dependem da terra para produzir e viver.

A percepção do descompasso entre as promessas e a realidade vivida, aos poucos, foi incorporando outros significados para a agroecologia. Para os assentados, ela também significa plantio de árvores que não trazem ou demoram muito para trazer retorno econômico direto. Uma fala que expressa bem esta

ideia é: “eu não como árvore”, comumente pronunciada pelos trabalhadores. Na prática, todos os investimentos e todo o trabalho humano têm sido direcionados no sentido de plantar e cuidar do que é comercialmente rentável. Obviamente, isto acontece porque há necessidades concretas em jogo como, por exemplo, a sobrevivência da família que é a principal preocupação e consome o tempo e os recursos disponíveis. No entanto, este também é um indicador do imediatismo com que a questão ambiental tem sido tratada pelos assentados. O problema é que nem todo o investimento governamental feito por meio de políticas públicas nas fases iniciais de implantação desses assentamentos foi suficiente para garantir melhorias reais nas condições de vida das famílias, para além da segurança alimentar e habitacional. E, diga-se de passagem, a segurança alimentar tem sido constantemente ameaçada pela dificuldade de produzir na época da estiagem e a segurança habitacional ainda não existe porque ela depende da regularização jurídica dos PDSs.

Porém, coexiste com esta representação a de que a agroecologia é uma forma de trabalhar na agricultura que possibilita resgatar um modo de vida mais simples, reestabelecer os vínculos com a terra, transportar os sujeitos para um tempo remoto em que outras relações econômicas e sociais foram vivenciadas e que eles querem reconstruir nos assentamentos. Para além da sobrevivência material, a agroecologia possível tem conferido ao trabalho na agricultura alguns sentidos subjetivos importantes, tais como o prazer de plantar e colher produtos saudáveis, de estabelecer com os vizinhos e parentes uma economia de trocas, de modificar hábitos de consumo tipicamente urbanos, de ter a liberdade de tomar decisões e controlar o próprio tempo e o próprio trabalho. “*Então, você produz uma comida sadia, que está sendo feita pela sua própria mão*”. Assim, o trabalho na agricultura agroecológica é uma espécie de remédio ou terapêutica para resolver muitos problemas de ordem material e subjetiva e condição para ter saúde.

Por outro lado, agroecologia significa também uma forma de diminuir o trabalho na lavoura porque não é preciso capinar, “*o mato protege o solo*”. Neste sentido, às vezes, a agroecologia tem sido usada como forma para justificar a ausência ou a impossibilidade de realizar os tratamentos culturais, a capina, a poda, entre outros. Existe a ideia de que a agricultura agroecológica não requer manejo, que é só deixar o mato crescer para ter produtos agroecológicos, o que interfere negativamente na produtividade e na qualidade dos produtos. A mudança deste tipo de representação depende do acompanhamento técnico, o que sempre foi um grande problema, principalmente a assistência técnica não convencional.

Porém, agroecologia significa ainda, e cada vez mais, uma espécie de palavra mágica para abrir as portas de um mercado em franca expansão, como

o de produtos orgânicos ou cultivados em Sistemas Agroflorestais, ou seja, uma estratégia de *marketing* que dinamiza os negócios e agrega valor aos produtos. A necessidade de ter renda fixa para consumir itens não produzidos nos assentamentos tem, por um lado, motivado a entrada neste mercado e, por outro, tem colocado outros desafios e problemas para os quais os assentados ainda não estão preparados, tais como as (muitas) exigências legais existentes para formalizar as pequenas empresas de processamento e comercialização de produtos alimentícios, a lógica do mercado dos selos de certificação ecológica, a gestão das empresas de modo que elas sustentem a permanência dos produtos nos mercados formais, entre outros. Observa-se que, na crônica ausência de assistência técnica e extensão rural pública, empresas especializadas já começam a oferecer programas de capacitação, geralmente em parceria com os governos locais, e outras cogitam investir nos assentamentos para atender as demandas de responsabilidade social. Os assentados, cada vez mais, estabelecem relações com organizações não governamentais, com os produtores e comerciantes do entorno dos assentamentos. Aos poucos essas redes de relações formadas vão estreitando os laços dos assentados com os mercados, institucionais ou não, e contribuindo para introduzir e consolidar um “ideário empreendedor”.

Outra dimensão deste universo polissêmico é que os assentados também nem sempre entendem, exatamente, quais são as diferenças e as semelhanças entre a Agroecologia e a agricultura tradicional. Agroecologia, com A maiúsculo, ou seja, como enfoque científico (Caporal, Costabeber e Paulus, 2011) é algo vindo de fora, “deles”, “*que eles querem que a gente faça*” e tanto é sinônimo de plantio de árvore, de reflorestamento, quanto significa uma prática agrícola que não se realiza sem orientação técnica e investimento adequado. Assim, no cotidiano de trabalho nos lotes, a Agroecologia tem adquirido um caráter de experimentação e tem sido intuitivamente ensaiada pela combinação dos conhecimentos tradicionais com as tentativas de ensaio e erro. Se, muitas vezes, nas orientações e cursos sobre Agroecologia as famílias parecem compreender as regras e concordar com elas, na prática, elas desconfiam das orientações e tensionam o processo forjando um jeito próprio de organizar a produção, nem sempre agroecológico. Por serem esporádicos e pontuais, tais cursos têm o limite de não permitirem o acompanhamento cotidiano dos problemas relacionados ao uso das técnicas agroecológicas no qual, concretamente, as dúvidas e dificuldades acontecem. Ensaiar e errar é, sem dúvida, uma forma de aprender e, além disso, errar é humano. O problema é que, em cenários de muitas necessidades, poucos recursos e quando se pretende enfrentar mercados competitivos, nem sempre há tempo para ensaiar e os sucessivos erros, além de significar desperdício de

dinheiro (geralmente público), acarretam perdas irreversíveis que diminuem a motivação dos assentados para insistir na agroecologia.

Outra dimensão importante da polissemia é, justamente, a distância existente entre as representações dos trabalhadores e as dos agentes responsáveis direta e/ou indiretamente pelo processo organizativo dos assentamentos sobre agroecologia. Para os assentados, a agroecologia é um jeito de produzir que procura preservar os recursos naturais, ou seja, é diferente do convencional que é predatório e, principalmente, uma forma de lidar com a escassez de recursos para produzir e de diminuir a necessidade de trabalho na lavoura, de resgatar conhecimentos e um modo de vida tradicional, de acessar recursos disponibilizados por editais e de agregar valores aos produtos. Para os agentes das políticas públicas ela tem sido vista como: 1. Enfoque científico que envolve várias áreas do conhecimento que fundamentam formas de agricultura sustentáveis e estratégias para o desenvolvimento rural sustentável (CAPORAL, COSTABEBER, PAULUS, 2011); 2. Meio para garantir a produção familiar com poucos investimentos, ou seja, é agricultura de baixo custo (Brasil, 2013); 3. Forma de cumprir a legislação e mitigar a degradação ambiental causada num determinado território porque as áreas de conservação existentes em alguns assentamentos podem compensar a falta dessas áreas em outros (GONÇALVES, 2015); 4. Um movimento de luta por melhores condições de vida no planeta (ALMEIDA, 2003; BRANDENBURG, 2002, entre outros).

Uma evidência da distância entre as representações de uns e de outros é que os planos de produção ou as diretrizes político-administrativas que regulam o processo organizativo dos assentamentos do tipo PDS nem sempre dialogam com os assentados, principalmente, no sentido de: respeitar as suas qualificações técnicas para o trabalho agrícola, definir linhas de produção que, ao mesmo tempo, considerem essas qualificações e atendam as necessidades e exigências dos mercados, definir as formas de aplicação dos recursos, entre outros exemplos (SCOPINHO, 2012; GONÇALVES, 2010; 2015)<sup>7</sup>.

A equação homem-natureza nos tempos atuais não é binária e não pode ser resolvida com dispositivos burocráticos que, como dizem os assentados, penalizam apenas os pequenos. As representações dos assentados coexistem com a preocupação com o meio ambiente entendido, concretamente, como recurso

<sup>7</sup>Um estudo feito por Alvares (2013) no Parque Estadual da Ilha do Cardoso também mostrou que os vários Planos de Manejo definidos impuseram um ordenamento territorial que transformou as paisagens, o cotidiano e as identidades sociais dos seus moradores. No que se refere ao trabalho, a tradicional atividade agropecuária de subsistência praticada pelos caiçaras (principalmente o plantio e o processamento da mandioca que chegou a ter o status de patrimônio cultural do lugar) foi substituída pela pesca e pelos serviços relacionados ao turismo, em nome da conservação da biodiversidade do lugar.

indispensável para a produção agrícola e, por este motivo, não está descartada a possibilidade de praticar a agricultura agroecológica. Pelo contrário, entre representações românticas e instrumentais sobre agroecologia, existe uma preocupação ambiental latente. Mas, o problema é que a preocupação nem sempre pode resultar na adoção de práticas de conservação e recuperação ambiental. A agricultura tradicional é priorizada e valorizada por ser compreendida como conhecimento herdado pela família e também pela possibilidade de obter resultados mais previsíveis e não pela descrença na agroecologia. Apesar da arguta percepção dos muitos problemas, eles reconhecem as suas vantagens: a recuperação gradativa da qualidade do solo, o retorno dos animais silvestres e a qualidade dos alimentos são os ganhos destacados pela maioria; outros destacam também o forte sentimento de reconhecimento social proporcionado pela mudança de concepção de agricultura.

Porém, o que se pratica é uma *agroecologia possível*, envolta na polissemia apontada acima e ancorada nas memórias, nas lembranças da vivência do passado que está sendo atualizada pelo debate sobre formas sustentáveis de produção agrícola que chega aos assentados por várias fontes: os movimentos sociais, a convivência com pesquisadores, com profissionais de organizações não governamentais, com agentes de assistência técnica e extensão rural, pela mídia (especialmente a televisão, com os programas Globo Rural, Globo Repórter, Terra da Gente, entre outros documentários e novelas como, por exemplo, Velho Chico). No entendimento de Jodelet (2009), a memória é um substrato fundamental do processo de construção e transformação das representações sociais. Trata-se de uma geração que viveu a infância no campo, que aprendeu muita coisa convivendo com os agricultores tradicionais, tanto as técnicas conservacionistas quanto as predatórias. É muito comum em situações formais de capacitação eles se reportarem às memórias para ancorar, tentar entender e assimilar a Agroecologia pensada como enfoque científico.

Porém, como do nosso ponto de vista teórico, as representações sociais não se ancoram apenas em outras representações, ou seja, elas também possuem bases materiais muito concretas, a *agroecologia possível* se faz em meio às dificuldades típicas dos nossos assentamentos rurais hoje, sejam eles de produção agroecológica ou não, que já são amplamente conhecidas. Sempre é importante lembrar e repetir o “mantra” das necessidades por dois motivos: 1. Elas continuam na pauta de reivindicações dos assentados e agravam-se com o passar do tempo; 2. E, principalmente, porque ao refletirmos sobre as dificuldades a partir da análise de casos concretos, na prática, estamos tratando de um aspecto negligenciado no estudo das políticas públicas brasileira, ou seja, a análise do

processo de implantação e de seus resultados. Esta negligência nos leva a repetir erros seculares, não por acaso, mas porque se trata da forma como se reproduzem as relações sociais. Como alerta Moscovici (2007, p. 16) em relação aos problemas ambientais: “Dizemos que a história não se repete. Talvez, mas nós nos repetimos na história.” E o mesmo pode ser dito em relação às políticas públicas.

Primeiramente, destacamos um problema de ordem geral porque, no plano formal, a “*agroecologia possível*” vem acontecendo num período de desmonte das políticas agrária e ambiental. Entre os principais dispositivos recentemente implantados e modificados estão: a Lei nº 11.105/2005, que liberou a pesquisa e a comercialização de sementes geneticamente modificadas; a Lei 11.284/2006, que regulamentou o uso e a gestão das florestas públicas; a Lei 12.651/2012, que alterou as regras do Código Florestal; a Lei 13.123/15, também conhecida como Marco Legal da Biodiversidade, que regulamentou o acesso ao patrimônio genético nacional e ao chamado conhecimento tradicional associado. É importante questionar de que lado estão os legisladores, quando se trata de proteger o ambiente num país que, há séculos, declara ter “*vocação agrícola*” e, recentemente, tem incorporado o discurso ambiental na legislação e nas políticas públicas.

Em segundo lugar, os principais problemas encontrados nos assentamentos estão relacionados a:

1. Capital para investimento. As linhas de crédito existem, mas os recursos disponibilizados são sempre insuficientes e as exigências burocráticas inviabilizam o acesso. No caso de um assentamento, o acesso ao Pronaf – Programa Nacional da Agricultura Familiar foi acompanhado da exigência de uso coletivo dos recursos em um momento em que os trabalhadores não estavam preparados para isto. O dinheiro foi indiretamente repassado, o que obrigou a realização de compras em determinados estabelecimentos que inflacionaram os preços e diminuíram a qualidade dos produtos. A proibição de usar insumos sintéticos na produção muitas vezes foi burlada, especialmente por conta dos altos custos envolvidos na aquisição dos insumos orgânicos e da falta de conhecimento técnico. O repasse dos créditos e outros recursos disponíveis não respeita o calendário agrícola, a burocracia torna imprevisível e anárquico o recebimento do dinheiro em relação aos tempos de preparação do solo e plantio, momentos do ciclo produtivo que não se realizam sem máquinas e insumos adequados.

Resulta que a formação do capital necessário para investir depende de uma combinação de estratégias que passam pelo assalariamento (temporário e informal, na cidade e/ou no campo), pela venda de alguns bens (animais, implementos, veículos) para que seja possível investir na

hora certa. A re proletarização tem sido uma estratégia de acumulação de capital para investimento que preocupa porque diminui a força de trabalho que poderia ser utilizada nos lotes (SCOPINHO *et al*, 2016).

2. Infraestrutura de produção, principalmente, no que se refere à captação e distribuição da água e sistemas de irrigação. As restrições impostas pelos Tacs e pelas normativas do PDSs quanto ao uso dos recursos hídricos, são um bom exemplo de norma que penaliza apenas os mais frágeis. Atualmente, elas têm sido menos fiscalizadas, mas continuam gerando conflitos e diferenciação entre os assentados que têm e os que não têm acesso à água. Eles costumam dizer que, morando em cima do Aquífero Guarani, trabalham como as formigas: produzem durante seis meses (de chuva) e nos outros seis meses dependem do que conseguiram estocar para sobreviver. Além disso, os assentamentos carecem, periodicamente, de recuperação das estradas, de estruturas para processamento e armazenamento de produtos, entre outras melhorias.

3. Ater – Assistência Técnica e Extensão Rural tem sido sempre um grande problema. E tem ficado pior na medida em que os serviços foram terceirizados e oferecidos no escopo do Plano Brasil Sem Miséria, que incumbiu os técnicos de várias outras funções de assistência social (providenciar documentos pessoais para os assentados, por exemplo).

No estado de São Paulo as ações de Ater estavam sendo oferecidas aos assentados por meio do IBS – Instituto Biosistêmico, organização que prestava serviços de consultoria, assistência técnica e extensão rural aos assentamentos de reforma agrária. Desde 2015, acompanhamos vários movimentos de paralisação do trabalho dos técnicos do IBS na região, sob a alegação de que o Incra não havia repassado os recursos previstos nos contratos para pagar os serviços prestados. Depois de várias paralisações e negociações fracassadas, em junho de 2016, o IBS desativou nove escritórios que atendiam 105 assentamentos e 11 mil famílias no estado de São Paulo (Toledo, 2016), o que deixou os assentados nos PDS<sup>8</sup> sem nenhum suporte de assistência técnica pública, nem mesmo para as demandas de cunho burocrático e assistencial.

Por outro lado, ampliou-se a rede de instituições que oferecem assistência: Senar – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural, Sebrae – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, universidades e outras instituições de pesquisa, organizações não governamentais, entre outras instituições públicas e privadas. Mas, trata-se de uma assistência técnica oferecida, principalmente,

<sup>8</sup> De acordo com as lideranças de um assentamento, o Itesp – Instituto de Terras do Estado de São Paulo, recentemente, assumiu a oferta de Ater para todos os assentamentos paulistas, exceto para os do tipo PDS.

na forma de cursos de capacitação. O cotidiano da produção fica descoberto da presença do técnico e, para os assentados, evidencia-se a distância entre conhecimento teórico e prático.

Como disse Moscovici (2007) no livro *Natureza: para pensar a ecologia*, a natureza é imprecisão e dúvida e, se somos parte dela, ou seja, ainda temos em nós a capacidade de pertencimento, logo, somos imprecisos, duvidamos e é isto que nos faz diferentes e curiosos para construir significados sobre o mundo. Percebe-se que os assentados anseiam por construir esses significados, novas representações sobre agricultura e agroecologia, mas que não podem fazê-lo sozinhos, ou pouco podem fazer sozinhos, e precisam do conhecimento técnico para realizar esta construção. Do ponto de vista deles, as orientações técnicas são insuficientes para lidar até mesmo com os problemas mais corriqueiros da produção agrícola. A novidade e a amplitude do conhecimento agroecológico, a imprevisibilidade e a diversidade dos problemas dificultam resolver até mesmo os mais comuns, como a presença de pragas na lavoura. A inadequação dos serviços de assistência técnica, juntamente com a falta de insumos adequados, além das condições climáticas desfavoráveis, têm promovido perdas significativas da produção ao longo desses 12 anos de implantação dos PDSs na região de Ribeirão Preto. O que mais chama a atenção na relação que se estabelece entre técnicos e assentados é o desencontro: dos mundos, dos tempos, das expectativas, das necessidades, dos interesses. 4. Comercialização de produtos. Os “orgânicos” têm menos aceitação no mercado popular. Neste sentido o PAA – Programa e Aquisição de Alimentos muito contribuiu para o escoamento da produção desde que foi criado, por aceitar todo e qualquer tipo de produto sem especificar padrões de qualidade. No entanto, segundo os assentados, muitos produtos entregues nos bancos de alimento também foram devolvidos, pois o aspecto visual não agradava os responsáveis pelo recebimento. Apesar de existirem leis e incentivos à produção agroecológica, na prática, os produtos bem aceitos são aqueles que, esteticamente, estão em conformidade com os padrões da agricultura convencional. Na venda direta, os assentados também lidam com a resistência dos consumidores aos produtos orgânicos. A situação agravou-se em 2015 e 2016, quando o fantasma da falta de canais seguros de comercialização voltou a aterrorizar os assentados, independentemente do tipo de produtos oferecidos, porque a drástica diminuição dos recursos destinados ao Programa tem inviabilizado

participação das cooperativas de assentamentos rurais<sup>9</sup>.

O desânimo provocado pela percepção desses problemas e pela sensação de impotência para resolvê-los dificulta o processo de transição da agricultura tradicional para sistemas produtivos agroecológicos nos assentamentos PDS.

O que nos anima é perceber que a capacidade de pertencimento ainda está viva entre os assentados que, em voz quase uníssona, se expressa pela declaração da vontade de permanecer nos assentamentos, considerados locais onde, apesar de tudo, se vive em relativa tranquilidade e em contato com a natureza. Moscovici (2007) define a capacidade de pertencimento como sendo antônimo de indiferença, de oposição natureza-cultura, e afirma que é, justamente, a existência desta capacidade que faz o homem entender a relação entre os seres e as coisas do mundo. Essa ideia anima porque leva a pensar que, como agentes políticos e pedagógicos, os maiores investimentos que podemos fazer ao nos envolvermos no processo organizativo desses assentamentos, ao invés de impor regras, é cuidar para não deixar perder esta capacidade. Ainda segundo o autor, é somente a capacidade de pertencimento, a unidade natureza-cultura, é que pode colocar a natureza como regra na organização do mundo: na educação, na produção, nos diferentes espaços de vivência humanos.

## Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Jalcione. Agroecologia entre o movimento social e a domesticação pelo mercado. *Ensaio FEE*, v. 24, n. 2, p. 499-520, 2003.

ALVAIDES, Natália Kerche **Tradições traduzidas**: um estudo psicosocial sobre as memórias dos moradores da comunidade Marujá, Ilha do Cardoso - SP. 2013. 178 f. (Dissertação de Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal de São Carlos – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, São Carlos, 2013.

<sup>9</sup> O Inesc – Instituto de Estudos Socioeconômicos, com base em informações disponíveis no PAA Data, divulgou uma nota técnica onde consta que, de 2013 para 2015, os recursos autorizados destinados ao PAA diminuíram de R\$ 184.677.678,00 para R\$ 32.843.942,00 (82,2%); de 2012, ano do melhor desempenho do Programa, a 2015 (dados de janeiro a setembro), o total de agricultores cadastrados diminuiu de 191.150 para 63.450 (33,2%), em todas as modalidades; na modalidade Doação Simultânea - Conab, a diminuição no mesmo período foi de 93.780 para 16.965 (82%). De acordo com o Inesc, a substancial diminuição dos recursos autorizados para investimento no Programa explica a, também substancial, queda no número de beneficiários do PAA. O quadro tende a agravar-se porque, em 2016, dos R\$ 560 milhões previstos para a aquisição de alimentos provenientes da agricultura familiar apenas 428 milhões foram autorizados no Projeto de Lei Orçamentária de 2016 (Cardoso e Beghin, 2016).

BRANDENBURG, A. Movimento agroecológico: trajetórias, contradições e perspectivas. **Meio Ambiente e Desenvolvimento**, v.6, p. 11-28, jul-dez, 2002.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – INCRA **Projeto de Desenvolvimento Sustentável** – PDS. Brasília, 2000. 50p.

\_\_\_\_\_. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Câmara Interministerial de Produção Orgânica. Planapo – **Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica**. Brasília: MDS, Ciapo, 2013. 96p.

CAPORAL, Francisco Roberto, COSTABEBER, José Antônio e PAULUS, Gervásio. Agroecologia: matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável. In: \_\_\_\_\_ e AZEVEDO, Edísio Oliveira de (Orgs.). **Princípios e perspectivas da agroecologia**. Curitiba-PR: Instituto Federal do Paraná, 2011, capítulo 2, pp. 45-80.

CARRAZZA, L.R. (Org.), MACIEL, L. G., BORGES, M. C., CORDEIRO, A. C. R. e ÁVILA, J. C. C. **Caderno de Normas Fiscais, Sanitárias e Ambientais para regularização de agroindústrias comunitárias de produtos de uso sustentável da biodiversidade**. Brasília: ISPN - Instituto Sociedade, População e Natureza, 2011. 67p.

CARDOSO, Alessandra e BEGHIN, Nathalie. **PAA na Amazônia: uma promessa sob ameaça**. Brasília: Inesc – Instituto de Estudos Socioeconômicos, março 2016. (Nota Técnica 188). 14p.

CASTEL, Robert. **La inseguridad social**. Qué es estar protegido? Buenos Aires, Manantial, 2004. 120p.

GONÇALVES, José Cláudio. **Reforma agrária e desenvolvimento sustentável? A difícil construção de um assentamento rural agroecológico em Ribeirão Preto – SP**. 2010. 134 f. Dissertação de Mestrado (Sociologia) - Universidade Federal de São Carlos – Programa de Pós-graduação em Sociologia, São Carlos, 2010.

\_\_\_\_\_. **Reforma agrária e desenvolvimento sustentável: retóricas e realidades em movimento**. 2015. 210f. Tese de Doutorado (Sociologia)

- Universidade Federal de São Carlos – Programa de Pós-graduação em Sociologia, São Carlos, 2015.

JODELET, Denise. Representações sociais: um domínio em expansão. In: \_\_\_\_\_. **As representações sociais**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2001, pp. 17-43.

\_\_\_\_\_. **Loucuras e representações sociais**. Rio de Janeiro, Petrópolis, Vozes, 2005. 391p.

\_\_\_\_\_. O movimento do retorno ao sujeito e a abordagem das representações sociais. **Sociedade e Estado**, v. 24, n. 3, p. 679-712, set./dez., 2009.

MELO, Thainara Granero de. **Sentidos do trabalho e formas de participação: o caso da Cooperares - Cooperativa de Produtores Rurais de Agrobiodiversidade Ares do Campo, Assentamento Mário Lago, Ribeirão Preto-SP**. 2015. 152 f. Dissertação de Mestrado (Psicologia) - Universidade Federal de São Carlos – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, São Carlos, 2015.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais**. Investigações em Psicologia Social. 2ª. Ed. Petrópolis, Vozes, 2004.

\_\_\_\_\_. **Natureza: para pensar a ecologia**. Rio de Janeiro, Mauad X, 2007.

SCOPINHO, Rosemeire Aparecida, EID, Farid, VIAN, Carlos Eduardo de Freitas e SILVA, Paulo Roberto Costa da. Novas tecnologias e saúde do trabalhador: a mecanização do corte da cana-de-açúcar. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 15, n.1, 147-161, 1999.

\_\_\_\_\_. **Vigiando a vigilância: saúde e segurança no trabalho em tempos de qualidade total**. São Paulo, Editora Annablume: Fapesp, 2003. 283p.

\_\_\_\_\_. **O processo organizativo de assentamentos rurais: trabalho, condições de vida e subjetividades**. São Paulo, Annablume: Fapesp, 2012. 348p.

\_\_\_\_\_. *et al.* **Trabalho precário, políticas públicas e insegurança social:**

processos de subjetivação e ruralidades no nordeste paulista. São Carlos, Universidade Federal de São Carlos, 2016. 137p. Relatório de Pesquisa - FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo.

TOLEDO, Marcelo. Incra atrasa repasse e assentados perdem assistência técnica. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 25 jun 2016. Poder. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/06/1785710-incra-atrasa-repasse-e-assentados-perdem-assistencia-tecnica.shtml> Consultado em 09/07/2016.

VALENTIM, J. P. Que futuro para as representações sociais? **Psicologia e Saber Social**, v. 2, n. 2, p. 158-166, 2013.

## **Roças e Florestas em Assentamentos Ambientalmente Diferenciados na Amazônia: Reflexões para uma Agroecologia no PDS** **Virola Jatobá**

*Noemi Miyasaka Porro*<sup>1</sup>

*Roberto Porro*<sup>2</sup>

*Helder do N. Assunção*<sup>3</sup>

**Resumo:** No atual contexto de contraste entre o crescente foco global sobre o ambiente e a decrescente atenção à reforma agrária, camponeses em *assentamentos ambientalmente diferenciados* são compelidos a experiências de produção que levem a menores índices de desmatamento. Lançadas sem o devido protagonismo dos sujeitos locais e sem efetivo suporte, essas propostas de alternativas produtivas, a exemplo do manejo florestal comunitário e sistemas agroflorestais, enfrentam dificuldades para serem adotadas pelo campesinato amazônico. Cientes das concretas condições envolvidas, camponeses da Transamazônica persistem com sua tradicional roça de corte-e-queima, a despeito das atuais restrições legais e do próprio ecossistema em suas atuais condições. Refletir sobre a Reforma Agrária e a agricultura almejada nos Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS) requer uma análise da interface entre essas proposições e as práticas locais de produção. Evidências empíricas agrônoma, geográfica e antropológicamente analisadas indicam a necessidade de uma revisão dessa interface à luz de indicadores agroecológicos. Este estudo de caso no PDS Virola Jatobá permite refletir sobre a relevância da politização da organização social para os experimentos em Agroecologia nos assentamentos.

**Palavras-chave:** Projeto de Assentamento Sustentável, Agroecologia, Reforma Agrária, organização social, Amazônia.

<sup>1</sup> Antropóloga engenheira agrônoma pesquisadora e professora do Programa de Pós-graduação em Agricultras Amazônicas no Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, da Universidade Federal do Pará

<sup>2</sup> Antropólogo engenheiro agrônomo pesquisador da Embrapa Amazônia Oriental e professor do Programa de Pós-graduação em Ciências Ambientais, da Universidade Federal do Pará.

<sup>3</sup> Geógrafo, mestre do Programa de Pós-graduação em Ciências Ambientais, da Universidade Federal do Pará.